

Policy Brief

Uma Logística Farmacêutica ainda distante de responder às preocupações de saúde do país: as fragilidades orçamentais

Sumário Executivo

A área de logística farmacêutica (LF) é vital pelo facto de assegurar que os medicamentos e produtos médicos estejam disponíveis no país e nos pontos de entrega e inclui seleção de medicamentos, quantificação, procurement, controle de qualidade, armazenamento, transporte e distribuição.

O Governo de Moçambique reconhece a importância deste sector e como parte da agenda de reforma do MISAU desenhou o Plano Estratégico de Logística Farmacêutica (PELF) juntamente com o respectivo Plano Operacional (2013).

O PELF visa responder a necessidade de providenciar reformas a área de logística farmacêutica melhorando a gestão financeira, procurement, inventariação, gestão do armazenamento, transporte, distribuição, uso de medicamentos e gestão de recursos humanos. Relatórios disponíveis apontam

Em Moçambique a LF é actualmente uma das áreas menos favorecidas em termos de dotação orçamental cabendo-lhe apenas

7%

para a existência de vários desafios na implementação do PELF sendo que a falta de recursos financeiros é um dos maiores desafios para a implementação do quadro de recomendações deste documento. Em Moçambique a LF é actualmente uma das áreas menos favorecidas em termos de dotação orçamental cabendo-lhe 7% do total de envelope de recursos do sector da saúde projectados até 2019 (MISAU/DNPC, 2013). Esta tendência ao ser estacionária ao longo dos próximos 5 anos certamente estará em descompasso com a expansão e aumento da demanda pelos serviços públicos de saúde o que poderá comprometer a prestação do sector de saúde.





81%

dos fundos para área de medicamentos são financiados por parceiros externos.

A actual fonte de financiamento e práticas de alocação orçamental na área de LF é também problemática. A estimativa da taxa de desperdício de medicamentos e consumíveis representa cerca de 13% do investimento total de \$3,929 milhões de dólares da área de Logística Farmacêutica. Uma redução da taxa de desperdício para 5% implicaria numa economia de 332 milhões de dólares durante o PESS 2014 - 2019 (Dutta et al., 2014).

Adicionalmente mais de 81% dos fundos para área de medicamentos são financiados por parceiros externos (Dutta et al., 2014). Esta dependência de fundos externos é preocupante num cenário de incerteza do financiamento externo ao sector de saúde (Dutta et al., 2014).

Os níveis de satisfação da disponibilidade de medicamentos essenciais a nível central apesar de registarem progressos contrastam com a disponibilidade de medicamentos a nível das unidades sanitárias (MISAU, 2013, 2014). Várias Organizações da Sociedade Civil (OSC) incluindo a N'weti, MSF o CIP tem denunciado sistemáticas rupturas de medicamentos nas unidades sanitárias das províncias do sul, centro e norte do país. Face as rupturas sistemáticas de medicamentos nas unidades sanitárias e a imprevisibilidade do financiamento externo é crucial que o Governo de Moçambique incremente o volume de financiamento para a área de LF sobretudo na base de recursos domésticos. A falta de recursos está a afectar grandemente a implementação do PELF e de igual modo a capacidade do sector de saúde em providenciar de forma eficiente serviços de saúde de qualidade.

Mensagens-chave

- O peso da logística farmacêutica será de 7% entre 2014-2019;
- A expansão e demanda a nível do sector de saúde nos próximos anos não será acompanhado pelo incremento necessário de recursos para o sector de LF;
- É importante assegurar o aumento de fundos domésticos para a área de LF preferencialmente com base em fontes internas, de modo a permitir a implementação das recomendações do PELF
- A estimativa da taxa de desperdício de medicamentos e consumíveis representa cerca de 13% do investimento total de \$3,929 milhões de dólares da área de Logística Farmacêutica.
- O sector da saúde é extremamente dependente de fundos externos. 81% dos fundos para medicamentos vem de fundos externos;
- Há evidências preocupantes de rupturas sistemáticas de medicamentos nas farmácias públicas do país. Estudo conduzido pela N'weti em 37 unidades sanitárias de 4 províncias do país usando o cartão de pontuação comunitária constatou que as rupturas constantes de stocks de medicamentos essenciais é uma das barreiras ao acesso a serviços de saúde de qualidade. Outro estudo realizado por Wagenaar et al. (2014) na província de Sofala no qual avaliou 26 unidades sanitárias constatou que apenas uma unidade sanitária avaliada em 2011, 2012 e 2013 tinha os 15 medicamentos essenciais.

Financiamento da Logística Farmacêutica para período 2014-2019

Em Moçambique a LF é actualmente uma das áreas menos favorecidas em termos de dotação orçamental cabendo-lhe apenas

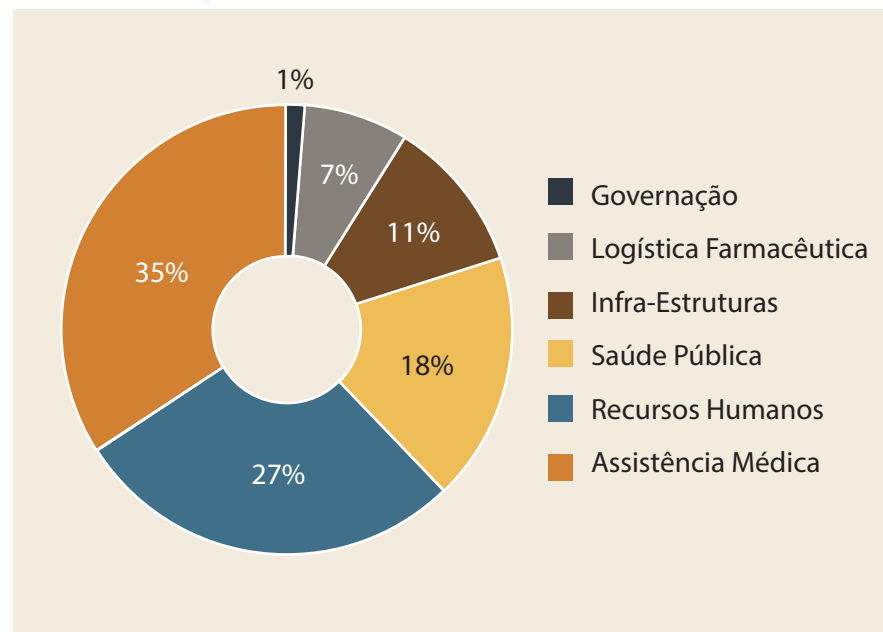
7%

Para o período de vigência do Plano Estratégico do Sector da Saúde – (PESS 2014-2019) o custo projectado para financiar o sub-sector de LF será de cerca de 7% do total de envelope de recursos para esse período, colocando-o como um dos sub-setores menos favorecidos, em termos de alocação de recursos no sector da saúde. Em comparação 35% do orçamento do sector de saúde irá para a área de assistência médica e 27% para área de recursos humanos (MISAU/DNPC, 2013).

Com base nessas mesmas projecções, nota-se que os níveis de alocação orçamental não irão variar ao longo dos próximos 5 anos. O actual envelope de recursos para área de Logística Farmacêutica, ao situar-se, de forma estacionária (7%), não irá acompanhar a expansão e demanda projectada para o sector de saúde para este quinquénio. A disponibilidade de medicamentos e, em última análise, a qualidade de provisão de serviços públicos de saúde poderão estar em risco.

GRÁFICO 1:

Peso da Logística Farmacêutica no orçamento do sector de saúde 2014-2019



Fonte: Adaptado do PESS 2014-2019



Nos próximos 5 anos o país poderá construir mais hospitais e formar mais técnicos de saúde para reforçar o sector, entretanto estes aspectos só surtirão efeito se efectivamente esse esforço for complementado, entre outros aspectos, com maior e melhor disponibilidade de medicamentos essenciais. Antecipamos constrangimentos sérios na componente de LF se não formos além da cifra de 7% por ano até 2019.

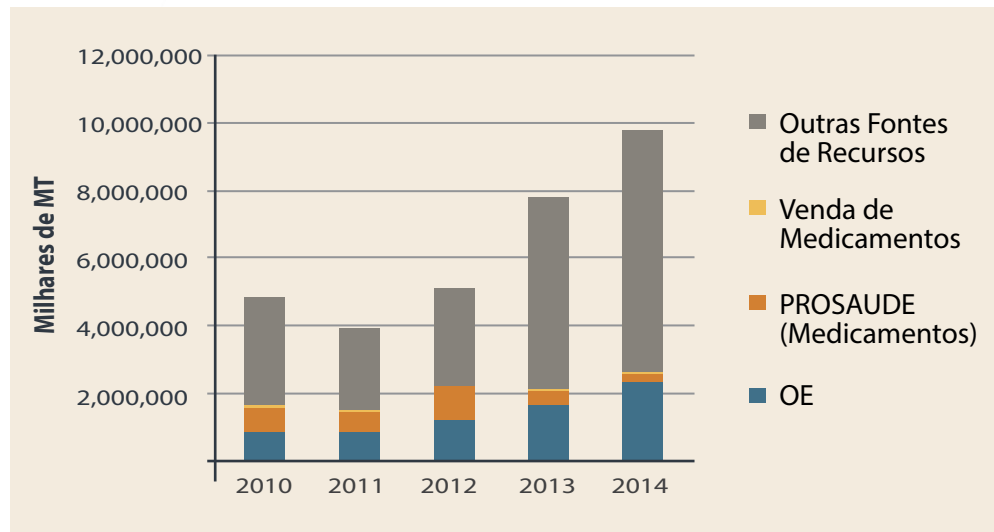
Fontes de financiamento da Logística Farmacêutica no período 2010-2015



O financiamento da LF, incluindo suprimentos médicos consumidos no sector público de prestação de cuidados de saúde, bem como os encargos operacionais do sistema logístico, provêm do Orçamento do Estado (OE) e da ajuda de parceiros internacionais de desenvolvimento (fundos externos). O pagamento pelas famílias de uma taxa fixa por cada prescrição aviada nas unidades sanitárias também contribui para o financiamento, embora em proporções ínfimas, como mostra o gráfico 2.

GRÁFICO 2

Fontes de financiamento da Logística Farmacêutica de 2010 a 2015



Fonte: REOs (2010-2014), DAF-MISAU

Os fundos dos parceiros internacionais de desenvolvimento (ajuda externa) são canalizados por duas vias: uma, o fundo comum de apoio ao sector saúde (PROSAUDE) que congrega a maioria do apoio bilateral ao aprovisionamento de medicamentos e, outra, as doações em espécie, que incluem o Governo Americano (PEPFAR MCH/FP e PMI), o Fundo Global contra HIV/SIDA, Tuberculose e Malária (GFATM), o Banco Mundial, a Clinton Health Access Initiative (CHAI) e o Sistema das Nações Unidas.

Em 2010 e 2011 o financiamento proveniente do PROSAUDE somado ao do Fundo Global foi duas vezes superior à dotação do OE para os medicamentos do Serviço Nacional de Saúde. Entre 2012 e 2014 este cenário melhorou na medida em que a dotação do OE superou o PROSAUDE e o Fundo Global juntos. Contudo, a dependência de fundos externos continua elevada. A contribuição em espécie (medicamentos, reagentes, material médico-cirúrgico, contraceptivos) dos parceiros internacionais de desenvolvimento perfazem mais de 50% dos recursos materiais que suportam o nosso serviço nacional de saúde. Isto significa que sem o apoio dos parceiros internacionais de cooperação, o atendimento médico-hospitalar em Moçambique colapsa.

A contribuição em espécie dos parceiros internacionais de desenvolvimento perfazem mais de

50%

dos recursos materiais que suportam o nosso serviço nacional de saúde.

O orçamento do Estado e a venda de medicamentos cobrem menos de um terço (1/3) do total de financiamento do sector (confira gráfico 2) colocando o país vulnerável as rápidas mudanças a nível do financiamento externo. Neste aspecto reside uma preocupação central que a todos deve inquietar: como uma área vital como a de medicamentos não recebe a necessária atenção por parte do Governo de Moçambique através de um financiamento adequado e responsável? Ao deixarmos esta área nas mãos de parceiros internacionais de desenvolvimento fragilizamos o nosso sentido de soberania e colocamos nas mãos de outros actores uma responsabilidade que devia ser assumida integralmente ou em maiores proporções pelo Governo de Moçambique.

Adicionalmente, num contexto em que os fundos externos tornam-se cada vez mais escassos e imprevisíveis o sector da saúde arrisca-se a ficar dependente das dinâmicas de financiamento dos parceiros internacionais de desenvolvimento. O gráfico 2 é suficientemente elucidativo no que se refere a redução substancial de apoio dos parceiros a componente de medicamentos, bastando lembrar que o volume de recursos do PROSAÚDE reduziu drasticamente de 748.506

milhões de meticais em 2010 para 184.908 milhões de meticais em 2014.

Urge um reposicionamento do Governo de Moçambique de modo a assegurar uma resposta proactiva e atempada a ameaça da redução do financiamento externo. A alocação de mais recursos internos será fundamental para assegurar de forma sustentável a saúde e bem estar dos moçambicanos.

O enorme peso do desperdício

Estima-se que a taxa de desperdício de medicamentos e consumíveis representa cerca de

13%

do investimento total de \$3,929 milhões de dólares da área de Logística Farmacêutica.

A gestão da LF aos vários níveis da cadeia de aprovisionamento é um problema de proporções alarmantes implicando, entre vários aspectos, frequentes rupturas de stock de medicamentos essenciais e outros produtos médicos nas unidades sanitárias, desperdícios (medicamentos expirados e desvios) e ineficiências, (uso e tratamento irracional) bem como a circulação de produtos com validade duvidosa ou expirada. De acordo com as projecções orçamentais do PESS 2014-2019, 13% dos \$3,929 milhões USD em perspectiva para área de logística farmacêutica são dedicados precisamente para fazer face ao desperdício de medicamentos e consumíveis (Dutta et al., 2014) o que é bastante preocupante.

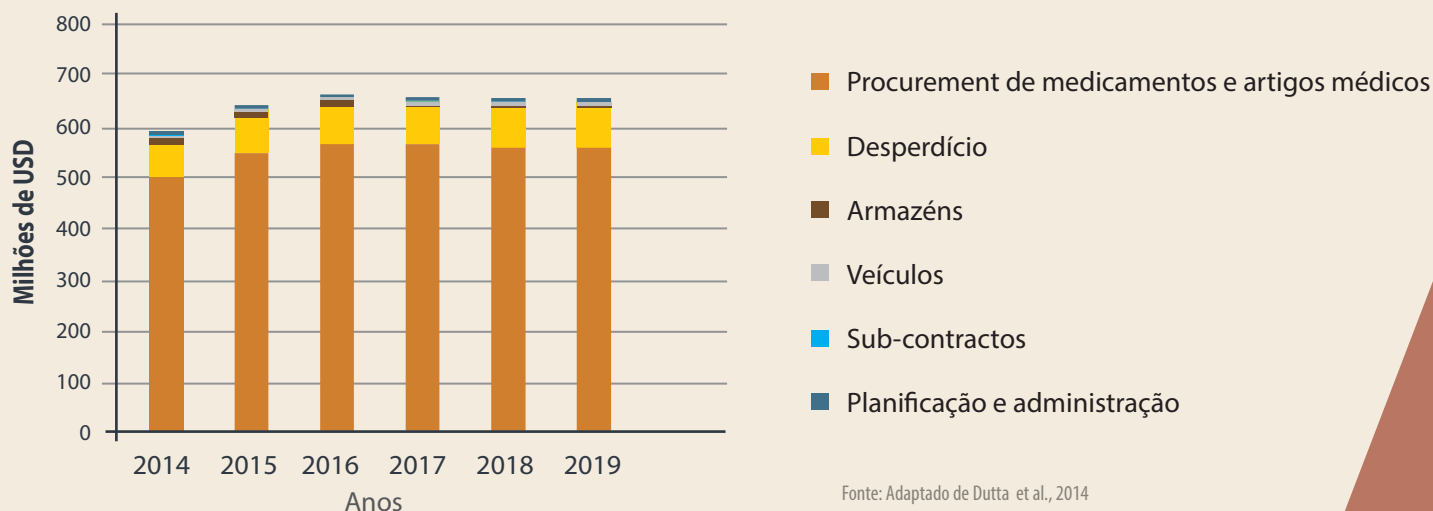
Uma área vital como a LF não se pode dar ao luxo de tamanho desperdício, pois os custos são elevados e incomportáveis para um sector de saúde cronicamente deficitário. Até 2019 o custo com o desperdício representará cerca de 13% do total de recursos investidos em Logística Farmacêutica.

Há que inverter este cenário. Por exemplo, uma redução dos níveis de desperdício para 5% iria poupar ao sector de saúde cerca de 332 milhões de dólares (Dutta et al., 2014). Esta redução permitiria certamente que os recursos alocados a LF fossem melhor usados resultando em disponibilidade de medicamentos à tempo, com qualidade e a um custo acessível ao utente dos serviços públicos de saúde.

O Plano Estratégico de Logística Farmacêutica (PELF) precisa ser adequadamente financiado pelo MISAU de modo a evitar que esta situação de desperdício de medicamentos e outras práticas perniciosas se instalem no sector de saúde dado os efeitos corrosivos sobre os recursos alocados a componente de LF.

GRÁFICO 3

Alocação orçamental a diferentes áreas da Logística Farmacêutica 2014-2019



Fonte: Adaptado de Dutta et al., 2014

Considerações finais

O subfinanciamento da área de logística farmacêutica e os consequentes desafios são de conhecimento público mas as soluções tardam. Os discursos mediáticos dos titulares de topo do sector estão longe de substituir as acções imediatas para fazer face a esta situação. Em particular a implementação das recomendações do PELF requerem fundos de modo a garantir que os medicamentos essenciais e suprimentos médicos estejam disponíveis para responder as necessidades dos utentes.

Neste sentido é defensável um posicionamento firme e uma acção imediata por parte do Governo de Moçambique incrementando os níveis actuais de financiamento da área de logística farmacêutica de modo a responder as necessidades actuais e futuras de medicamentos a nível do país. Disso depende a saúde e vida de milhares de

cidadãos moçambicanos e a capacidade produtiva do país. É sobejamente sabido que muitos cidadãos moçambicanos tem de percorrer diariamente enormes distâncias para aceder a unidade sanitária mais próxima, sendo, portanto, desejável que utente ao se deslocar a farmácia pública não se depare com situações de falta de medicamentos receitados. Assegurar adequada provisão de medicamentos essenciais é fundamental para que a implementação de serviços de saúde respondam ao lema do MISAU “O nosso maior valor é a vida”.

Defendemos uma área de logística farmacêutica melhor financiada, menos dependente do financiamento externo, capaz de providenciar medicamentos essenciais com qualidade, de forma atempada e acessível para os utentes dos serviços públicos de saúde.

Referências

Dutta, A., Perales, N., Silva, R., Criville, L. (2014). Necessidades de Recursos Estimados e Impacto do Plano Estratégico do Sector de Saúde de Moçambique, 2014-2019. Washington DC: Futures Group, Projecto de Políticas de Saúde.

MISAU (2014). Avaliação Conjunta Anual do Desempenho do Sector de Saúde – 2014. ACA XIV.

MISAU (2013). Avaliação Conjunta Anual do Desempenho do Sector de Saúde – 2013. ACA XIII.

MISAU/CMAM (2012). Plano Estratégico de Logística Farmacêutica.

MISAU/DNPC (2013). Plano Estratégico do Sector de Saúde – PESS 2014-2019.

Ministério de Economia e Finanças (2014). Relatório de Execução do Orçamento de Estado.

Ministério das Finanças (2013). Relatório de Execução do Orçamento de Estado.

Ministério das Finanças (2012). Relatório de Execução do Orçamento de Estado.

Ministério das Finanças (2011). Relatório de Execução do Orçamento de Estado.

Ministério das Finanças (2010). Relatório de Execução do Orçamento de Estado.

Wagenaar, B. et al. (2014). Stock-outs of essential health products in Mozambique – longitudinal analyses from 2011 to 2013. Tropical Medicine and International Health, volume 19 no 7 pp 791–801.

